



PARLAMENTO DE BOTSUANA

SADC-PF

**RELATÓRIO À 57ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DA 56ª SESSÃO DA
ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

(15 minutos)

SUMÁRIO EXECUTIVO

A 56ª Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC realizou-se em Livingstone, República da Zâmbia, de 8 a 14 de dezembro de 2024 sob o tema ***“APROVEITANDO A TECNOLOGIA E A INOVAÇÃO PARA PARLAMENTOS INTELIGENTES, INCLUSIVOS E RESPONSIVOS NA REGIÃO DA SADC”***.

No final do Plenário, foram aprovadas Resoluções para que os Parlamentos Membros monitorizassem a implementação dos progressos realizados nos vários tópicos principais discutidos. O Botswana reconhece que estas resoluções servem como um roteiro para o compromisso e a acção parlamentar, afirmando a necessidade de esforços multifacetados que abrangem a inclusão de género, a cooperação transfronteiriça, as práticas sustentáveis e a capacitação. Ao abordar estas questões, os Estados-Membros da SADC podem trabalhar colectivamente para garantir que a região adota soluções tecnológicas para que os parlamentos da região da SADC se possam tornar mais recetivos às necessidades da população, particularmente em contextos de rápida mudança social e de rutura tecnológica. Esta transformação ajudará a construir confiança entre os cidadãos e os seus representantes, ao mesmo tempo que reforçará as estruturas de governação democrática.

Permita-me, Sr. Presidente, fazer um breve resumo sobre como o Botswana se saiu no avanço da agenda do Fórum Parlamentar da SADC nas seguintes resoluções;

1. **RESOLUÇÕES SOBRE O SIMPÓSIO SOBRE O TEMA: “ALAVANCAR A TECNOLOGIA E A INOVAÇÃO PARA PARLAMENTOS INTELIGENTES, INCLUSIVOS E RESPONSIVOS NA REGIÃO DA SADC”**.

A tecnologia e a inovação podem desempenhar um papel fundamental no aperfeiçoamento de parlamentos inteligentes, inclusivos e responsivos. Podem melhorar as funções parlamentares, melhorar a supervisão e facilitar um melhor envolvimento com os cidadãos. A utilização de tecnologia e inovações pode garantir uma maior participação de grupos sub-representados, incluindo mulheres, jovens e pessoas com deficiência, na tomada de decisões legislativas. A utilização da inovação e das plataformas digitais torna os procedimentos parlamentares e a tomada de decisões mais acessíveis ao público, melhorando a transparência na governação e responsabilizando os membros eleitos. No entanto, é necessário que haja uma plena apreciação e mitigação dos possíveis perigos inerentes a esta tecnologia para que possa ser utilizada em segurança. O Botswana promulgou várias leis e está a desenvolver legislação adicional para proteger os bens essenciais, garantir a privacidade e proteger as crianças no espaço digital, incluindo considerações relacionadas com a Inteligência Artificial (IA).

O Botswana promulgou a sua nova Lei de Proteção de Dados n.º 18 de 2024, publicada a 29 de outubro de 2024 após sanção presidencial. A promulgação representou um passo na abordagem do Botswana à privacidade dos dados pessoais. A Lei garante que os dados pessoais são tratados com integridade, transparência e

responsabilidade. Aborda desafios modernos, como transferências internacionais de dados, violações de dados e tomada de decisões automatizada, todos cada vez mais relevantes no panorama digital atual.

Existem campanhas de sensibilização pública e sensibilização digital para ajudar os cidadãos a utilizar os serviços governamentais online em segurança, protegendo as suas informações pessoais.

Como Parlamento do Botswana, temos uma plataforma digital conhecida como Botswana Speaks, e através dela os cidadãos são educados e encorajados a comunicar com os seus membros do Parlamento. A plataforma visa fortalecer a democracia através da participação pública e do diálogo político. Trata-se de reforçar o papel representativo do Membro do Parlamento e de construir um Parlamento e um Governo responsáveis para melhorar a prestação de serviços. A plataforma é uma ferramenta através da qual todos os eleitores estão a bordo, num esforço para melhorar os nossos sistemas de consulta tradicionais (reuniões Kgotla) enquanto aproveitamos as novas tecnologias. Os nossos gabinetes eleitorais oferecem orientação sobre o uso responsável da tecnologia e a privacidade de dados nesta plataforma.

A plataforma, que é baseada na web e tem uma aplicação móvel, permite aos cidadãos enviar mensagens diretamente através de um sistema online, utilizando computadores, computadores portáteis, tablets e smartphones. As mensagens são carregadas automaticamente num rastreador e visualizadas regularmente pelos membros do Parlamento para resposta. A plataforma garante uma maior participação dos cidadãos no processo democrático, melhora a comunicação entre os membros do Parlamento e os eleitores e aumenta a adoção e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Botswana.

O Botswana empreendeu iniciativas significativas para melhorar a sua infra-estrutura de tecnologias de informação e comunicação (TIC), particularmente nas zonas rurais, para agilizar os processos governamentais e melhorar a prestação de serviços sem exigir viagens de longa distância aos cidadãos. Uma componente central destes esforços é o projeto SmartBots Village Connectivity, que visa reduzir a exclusão digital através da implementação de infraestruturas tecnológicas de ponta em todo o país. O programa SmartBots instalou mais de 1.100 pontos de acesso Wi-Fi gratuitos em áreas públicas, como clínicas, escolas e locais de reunião tradicionais (Dikgotla), oferecendo velocidades de internet até 10 Mbps. Estes pontos de acesso são utilizados diariamente por mais de 130.000 pessoas, incluindo estudantes e idosos, e acumularam mais de 1,6 milhões de utilizadores. Através dos Smartbots, observamos que em 2024, aproximadamente 2,09 milhões de pessoas no Botswana — cerca de 77,3% da população — eram utilizadores da internet, um aumento significativo face aos 42% de 2019.

O Botswana implementou diversas políticas e iniciativas para alavancar os avanços tecnológicos como catalisadores do comércio e emprego digitais, com especial enfoque nos jovens e no empoderamento económico. O Botswana conduziu uma revisão abrangente da sua Política Nacional de TIC e desenvolveu uma estratégia de comércio eletrónico. Esta iniciativa visa aproveitar os pontos fortes do país e enfrentar

os desafios que impedem a expansão do comércio eletrônico, dando ênfase à criação de emprego e à diversificação económica.

Em linha com a Visão 2036, o Botswana reviu a sua Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para enfatizar a importância da ciência, tecnologia e inovação na transformação numa economia industrializada de rendimentos elevados. A política centra-se na transformação económica estrutural e nos objectivos de desenvolvimento sustentável.

Através destas políticas e iniciativas estratégicas, o Botswana está a utilizar ativamente os avanços tecnológicos para promover o comércio digital, aumentar o emprego dos jovens e impulsionar a emancipação económica. Exemplo disso é que, através do governo eletrónico, o Botswana implementou o Sistema de Gestão de Permissões Online (OPMS), que digitalizou os processos de solicitação e aprovação de permissões de importação e exportação, aumentando a eficiência e a transparência nas operações comerciais. Notavelmente, este sistema foi desenvolvido por jovens programadores de Botswana, exibindo talentos locais no desenvolvimento de soluções digitais.

2. RESOLUÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, FINANÇAS E INVESTIMENTO

- **Sobre os Estados-Membros serem instados a criar um ambiente que facilite o processamento de minerais essenciais para criar emprego, especialmente para os jovens, e criar cadeias de valor:** Os jovens no Botswana representam uma parte significativa da população e são os principais impulsionadores da transformação económica e social, onde o Botswana tem tido bons resultados nos seus esforços para impulsionar a inclusão dos jovens. Para aproveitar o seu potencial, é crucial proporcionar programas de formação que vão para além da educação formal. Estas iniciativas visam garantir a inclusão significativa dos jovens na tomada de decisões e no desenvolvimento em setores como o empreendedorismo, a tecnologia, a agricultura, a governação e as alterações climáticas. O Governo implementou uma série de iniciativas para garantir que os jovens não são deixados para trás, incluindo a oferta de subsídios e orientação para empresas lideradas por jovens através do Fundo de Desenvolvimento Juvenil; Apoio ao acesso ao mercado através da Autoridade Empresarial Local (LEA); e formação em inovação e start-ups tecnológicas através do Botswana Innovation Hub e do Orange Botswana Digital Centre; e, por fim, a Capacitação em Liderança através de organizações como o Conselho Nacional da Juventude do Botswana, o PNUD do Botswana e o Conselho de Organizações Não Governamentais do Botswana. Estes são esforços pioneiros do Governo em conjunto com a sociedade civil para garantir que os jovens não são apenas localizados, mas fazem parte das plataformas regionais em todas as suas facetas.
- **Sobre os Estados-Membros serem chamados a defender uma lei-tipo sobre as Parcerias Público-Privadas (PPP) para facilitar a consulta aprofundada com o sector privado antes de os governos celebrarem contratos de PPP:** O Botswana não tem uma lei específica sobre as Parcerias Público-Privadas (PPPs), no

entanto é notável que, em seu lugar, exista uma Política de Parcerias Público-Privadas e uma Estrutura de Implementação de 2009 que funciona como um guia para o desenvolvimento e implementação de projectos. Esta política é facilitada pelo Ministério das Finanças, em conjunto com o departamento (unidade) de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Esta unidade actua como um órgão central de coordenação que ajuda a determinar se os projectos devem ser financiados através de uma parceria ou através de dívida pública.

Projetos notáveis que o país realizou sob este modelo incluem o Projeto de Acomodação do Gabinete do Provedor de Justiça e do Tribunal de Terras de 2017. Além disso, em 2021, o Governo promulgou a Lei de Contratação Pública, que incluiu explicitamente os Projetos de PPP ao estipular como adquirir PPP. Relativamente ao processo de consulta com o sector privado, a existência da Unidade de PPP no Ministério das Finanças indica uma abordagem estruturada às interacções com o sector privado. O Botswana tem vindo a desenvolver proactivamente políticas e estruturas que regem as PPP e está a trabalhar activamente para desenvolver legislação abrangente para facilitar ainda mais a participação do sector privado no desenvolvimento de infra-estruturas públicas. O Botswana implementou uma série de mecanismos e quadros legais para garantir que existe uma distinção clara entre as Parcerias Público-Privadas (PPP) e a dívida governamental.

A supervisão parlamentar, por outro lado, é conseguida por um sistema de relatórios através do orçamento de desenvolvimento e do plano nacional de desenvolvimento, que estão sujeitos ao escrutínio do Parlamento. Indo mais longe, existem relatórios de auditoria do Auditor-Geral que são apresentados ao Parlamento, através dos quais o Parlamento consegue detetar áreas que necessitam de uma maior análise. Por fim, as Comissões Parlamentares, através da Comissão de Contas Públicas, têm o direito de questionar os empreendimentos do Governo, o que inclui projetos de PPP.

- **Sobre o apelo aos Estados-Membros para que apresentem estratégias para recuperar as perdas de emprego causadas pela pandemia da Covid-19 através do encerramento de indústrias, de modo a relançar e ressuscitar a indústria e a impulsionar o comércio e o emprego;** As estratégias do Botswana para recuperar das perdas de emprego relacionadas com a COVID-19 são multifacetadas, com foco na diversificação económica, no empoderamento dos jovens, no apoio às Pequenas, Médias e Microempresas (PME) e na transformação digital. Estes esforços visam construir uma economia mais inclusiva, resiliente e sustentável, ao mesmo tempo que promovem a criação de emprego e o crescimento industrial. O Governo implementou diversas estratégias para recuperar destes impactos, com foco na revitalização das indústrias, no aumento do emprego e na promoção do comércio. Isto inclui o Plano de Recuperação e Transformação Económica de 2020, o apoio financeiro às PME e um plano de recuperação do turismo que abrange muita promoção do turismo interno. Tudo isto com o objetivo de estimular a recuperação da economia e a criação de emprego, demonstrando assim o compromisso com o regresso das operações à normalidade.

- **Na defesa de um maior financiamento da saúde que permita alcançar a Cobertura Universal de Saúde, promovendo assim resultados positivos em matéria de SDSR:**O Botswana demonstrou um forte empenho em aumentar o financiamento da saúde para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (CUS), o que influenciou positivamente os resultados da Saúde e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR). O Botswana colaborou com o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), alargou a integração dos SDSR no sistema de saúde com o objectivo de aumentar o acesso a uma vasta gama de serviços de qualidade centrados no cliente, e o sucesso deste programa levou o Botswana a ser incluído entre os melhores desempenhos. Por exemplo, para promover o empoderamento dos jovens e o acesso aos serviços, o Botswana deu prioridade à SDSR de adolescentes e jovens através de programas direccionados. De salientar que, entre 2018 e 2021, o FNUAP investiu mais de 1,8 milhões de dólares para capacitar os jovens, especialmente as raparigas adolescentes, melhorando o seu acesso a serviços e informação sobre SDSR. Este investimento apoiou o desenvolvimento de políticas e programas destinados a melhorar o bem-estar dos adolescentes e jovens, incluindo o desenvolvimento de competências e a capacitação para a tomada de decisões informadas. O Botswana aderiu também à Declaração de Saúde de Abuja de 2001, consolidando a sua posição na defesa do orçamento da saúde. Além disso, o Botswana desenvolveu um plano para reduzir as necessidades não satisfeitas de planeamento familiar até 2030. Este plano sublinha a dedicação do país em melhorar os resultados dos SRHR através de investimentos estratégicos e desenvolvimento de políticas.
- **Sobre a harmonização da legislação existente com a Lei-Modelo da GFP, com vista a promover a transparência e a partilha de informação com o Executivo, nomeadamente sobre a gestão da dívida:**O Botswana desenvolveu esforços para alinhar as suas práticas de gestão financeira pública (GFP) com os padrões regionais, incluindo a Lei Modelo de GFP da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), para aumentar a transparência e a partilha de informações, especialmente na gestão da dívida. Ela saiu-se bem na transparência da gestão da dívida por causa do seu documento de orçamento público; documentos públicos de revisão semestral; e estatísticas da dívida pública publicadas pelo Ministério das Finanças. O diálogo entre o Executivo e o Parlamento existe porque o Executivo tem a obrigação de apresentar um projeto de lei de intenção de empréstimo que deve ser aprovado pelo Parlamento. Embora o Parlamento seja responsável pela aprovação de projetos de lei sobre a dívida, ainda existem áreas cinzentas, em que algumas incluem a partilha mínima de informações do Executivo sobre questões técnicas da dívida contraída, gerando incerteza dentro do braço legislativo do Governo em termos de passivos contingentes. Embora o Botswana tenha tomado medidas para melhorar a sua estrutura de GFP e se alinhar com os padrões regionais, existem esforços contínuos para aumentar a transparência, particularmente na gestão da dívida e na partilha de informações, conforme descrito pela Lei Modelo da SADC sobre Gestão das Finanças Públicas.

3. RESOLUÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ALIMENTAÇÃO, DA AGRICULTURA, DOS RECURSOS NATURAIS E DA ACCÃO CLIMÁTICA

- À medida que nos debatemos com os desafios ambientais e as considerações sobre as alterações climáticas, devemos também estar em condições de beneficiar da contribuição internacional que terá impacto na segurança alimentar. Estima-se que o sector informal contribua actualmente com cerca de 3% para o PIB. Com uma transformação radical nos sectores da terra e da agricultura, o Botswana pretende ajudar a aumentar a contribuição do sector informal para um número muito maior. No presente ano fiscal (25/26), o Ministério da Agricultura recebeu apenas 3,7% do orçamento total, ficando com a sétima maior fatia. É claro que precisamos de fazer mais!
- Em relação à energia, o Botswana está a fazer progressos notáveis, embora algo lentos, na transformação das nossas fontes de geração de energia, predominantemente de carvão, para recursos de energia solar primária. Neste sentido, a primeira central solar fotovoltaica de grande escala, Fase 1 do Mmadinare Solar Cluster, com uma capacidade de 50 MW, entrou em operação comercial a 12 de março de 2025. A segunda fase do projeto atingiu o fecho financeiro a 19 de dezembro de 2024, permitindo o início do projeto, que deverá fornecer mais 50 MW de energia limpa até ao final de 2025.
- Desde então, o país reviu as metas das energias renováveis no Plano de Recursos Integrados (IRP) com o objetivo de acelerar a imperativa transição energética. A nova meta é atingir uma contribuição de 50% de geração de fontes de energia renováveis para a capacidade de geração de energia do país até 2030. O Botswana é um dos países com maior potencial de geração de energia solar, com mais de 3.200 horas de sol por ano e uma insolação média numa superfície plana de 21 megajoules por metro quadrado. Isto faz do Botswana um potencial centro de energia limpa gerada pela energia solar. Está a ser finalizado um estudo de mercado para identificar os compradores na região, o que nos permitirá atingir o nosso objetivo de gerar até 8 gigawatts para a economia e exportação do país.
- A revisão legislativa e os desenvolvimentos políticos marcaram também um período de sucesso para o sector mineiro do Botswana. A aprovação bem-sucedida da Lei das Minas e Minerais pelo Parlamento, juntamente com a introdução da Política dos Minerais, proporcionam um quadro legal e regulamentar mais forte para o sector. Estes avanços legislativos foram concebidos para promover um ambiente mais propício ao investimento, garantir o desenvolvimento sustentável, aumentar as penalizações para impedir a mineração ilegal e melhorar a governação dos recursos minerais.

- A Lei dos Explosivos de 1968 está atualmente em revisão para se concentrar na revisão das taxas, no desenvolvimento da regulamentação do fogo de artifício e da pirotecnia, na redução da posse ilegal de explosivos e na introdução de regulamentos sobre o manuseamento, armazenamento, fabrico e transporte de explosivos.
- Para maximizar os benefícios nacionais do desenvolvimento mineral e, ao mesmo tempo, proporcionar um ambiente competitivo aos investidores, a Política Mineral visa promover a participação significativa dos cidadãos na indústria mineira, a diversificação dentro do sector dos minerais e o aumento do desenvolvimento da cadeia de valor (Beneficiação) nos minerais não diamantíferos, particularmente os metais básicos e os minerais industriais. Para facilitar isto, o Ministério dos Minerais e Energia do Botswana iniciou o desenvolvimento de uma Estratégia de Desenvolvimento, Exploração, Exploração e Cadeia de Valor (Beneficiamento) de Recursos Minerais, que visa acelerar o desenvolvimento de cadeias de valor para uma dotação mineral diversificada para impulsionar investimentos em projectos económicos sustentáveis, ao mesmo tempo que permite a participação significativa dos cidadãos.

4. RESOLUÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEMOCRATIZAÇÃO, GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

- Sobre as medidas para melhorar a transparência e a integridade eleitoral para prevenir a violência pós-eleitoral e construir confiança: O Botswana goza de uma tremenda reputação de estabilidade política e de eleições pacíficas, conduzindo ao crescimento económico, à paz e até à boa governação. Para garantir que o acima mencionado continua a prevalecer, o Botswana estabeleceu certas medidas que asseguram que o país mantém a transparência e a justiça. Estes incluem, entre outros; a criação de uma Comissão Eleitoral Independente; cujos valores fundamentais são a Transparência, a Inclusão, o Botho e a Imparcialidade. A Comissão é responsável pela organização e supervisão das eleições locais e nacionais. Garante que as eleições são conduzidas de forma eficiente, adequada, livre e justa. A Comissão realiza campanhas de educação cívica e eleitoral e educa os cidadãos sobre os seus direitos e responsabilidades de voto, bem como sobre a importância de participar em eleições e como se devem registar e votar.

A Lei Eleitoral consolida as leis relativas às eleições da Assembleia Nacional e dos Conselhos Distritais e prevê ainda as qualificações e o recenseamento dos eleitores. Prevê também a realização de tais eleições e outros fins relacionados com as mesmas (Lei Eleitoral, Secções 3 e 4). Existem também fóruns organizados, como na Televisão Nacional, perto da data das eleições, onde todos os candidatos são convidados e os debates são transmitidos em directo pela TV nacional. Estes debates permitem a representação igualitária dos candidatos e a exposição dos manifestos de todos os partidos políticos. Em 2024, o Parlamento aprovou o financiamento dos partidos

políticos na procura de neutralizar o campo político. Após as eleições gerais de 2024, a Comissão Eleitoral Independente (CEI) do Botswana apresentou o seu projecto de Emenda à Lei Eleitoral ao Ministro da Presidência do Estado para ser apresentado ao Parlamento. Este visa melhorar continuamente os procedimentos eleitorais, tendo em conta as recomendações das partes interessadas após as eleições. Na procura de melhorar a gestão eleitoral, a CEI divulgou em maio de 2025 que está também a considerar um esboço do Plano de Gestão do Voto Antecipado que orientaria e aperfeiçoaria a implementação do voto antecipado.

- **Sobre o apelo aos Estados-membros para que reformem os sistemas eleitorais e os processos políticos para uma maior participação e representação dos jovens nas eleições e na governação:** Para promover uma maior participação e representação dos jovens nas eleições, é essencial uma abordagem multifacetada que vise tanto as reformas eleitorais como os processos políticos mais amplos. O país precisa de reavaliar as suas leis eleitorais, pois estas não são apenas simbólicas, mas também influenciam as políticas partidárias, as estratégias de campanha e a selecção de candidatos. A Bancada Parlamentar sobre as Mulheres continua a envolver organizações da sociedade civil e partidos políticos, encorajando-os a formar alas juvenis dentro dos partidos políticos, uma vez que isso pode encorajar uma maior participação e representação dos jovens nas eleições e na governação.
- **Sobre o apelo para que os estados-membros abordem a violência política e de género, estabeleçam espaços de trabalho seguros e protejam os jovens líderes do assédio para permitir a participação significativa dos jovens e promover o desenvolvimento da liderança:** O Botswana desenvolveu esforços para combater a violência política e de género, promover espaços seguros e proteger os jovens líderes. Em Abril de 2021, o Serviço de Polícia do Botswana (BPS) criou a Divisão de Género e Protecção de Crianças (GCP) para garantir respostas rápidas a questões de violência de género e relacionadas com crianças. Os agentes recebem formação sobre violência de género e direitos humanos para lidar com estes casos de forma eficaz. O Botswana também estabeleceu a Política Nacional de Género e Desenvolvimento, adotada em 2015, que visa eliminar todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres. No que respeita à oferta de um local de trabalho seguro, o Governo estabeleceu, entre outras coisas, a Lei do Emprego, que argumenta contra a discriminação no local de trabalho e o assédio sexual. Existe também um Código de Boas Práticas sobre Assédio Sexual que fornece orientações para que os empregadores criem um ambiente livre de assédio. É também de notar que o Botswana estabeleceu uma série de políticas que procuram proteger os jovens líderes e permitir a participação dos jovens. Estas políticas incluem a Política Nacional para a Juventude do Botswana, que visa criar um ambiente propício ao desenvolvimento dos jovens, abordando vários desafios socioeconómicos, culturais e de saúde enfrentados pelos jovens dos 15 aos 35 anos. A política enfatiza a

promoção da participação dos jovens em assuntos comunitários e cívicos, na política e na governação.

5. RESOLUÇÃO SOBRE ESTRATÉGIAS PARA COMBATER A PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE PEQUENO PORTE E ARMAMENTO LEVE (ALPC), A UTILIZAÇÃO DE ARMAS EXPLOSIVAS EM ÁREAS POPULADAS E A ASCENSÃO DE SISTEMAS DE ARMAMENTO AUTÓNOMOS

- Em 2017, o Botswana endossou o comunicado da Reunião Regional de Maputo sobre a Proteção dos Civis contra o Uso de Armas Explosivas em Áreas Populadas. Este comunicado destacou o impacto devastador da EWIPA e enfatizou a necessidade de os Estados africanos trabalharem para evitar a sua utilização, recolhendo dados relevantes, apoiando a adopção de uma declaração política internacional e promovendo a cooperação regional sobre este assunto. O Botswana continua a reiterar o seu compromisso com os princípios delineados no Comunicado de Maputo, chamando a atenção para os danos indiscriminados e duradouros causados pela EWIPA a civis e a infraestruturas críticas. Apesar destes compromissos, em Março de 2025, o Botswana ainda não tinha endossado a Declaração Política sobre o Uso de Armas Explosivas em Áreas Populadas.
- O compromisso histórico do país com o desarmamento e a não proliferação, exemplificado pela sua participação no Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares de África (Tratado de Pelindaba), sugere uma inclinação geral para o controlo de armas e a prevenção de armas que possam causar danos indiscriminados. Continuamos a envolver-nos a nível nacional nesta questão tão importante.

6. RESOLUÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE PARA A IGUALDADE DE GÉNERO, PROMOÇÃO DAS MULHERES E DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE

- O orçamento nacional do Botswana tem incorporado cada vez mais alocações sensíveis à questão de género e focadas nos jovens. Isto inclui direccionar fundos para iniciativas que promovam a literacia digital, o acesso à tecnologia e o desenvolvimento de competências, especialmente para grupos marginalizados. O Ministério das Finanças está a trabalhar com outras partes interessadas para garantir que estes sectores não são esquecidos no orçamento nacional. Reconhecendo a importância da inclusão digital para o desenvolvimento económico, a educação e a participação social, o Governo tem envidado esforços para eliminar as barreiras ao acesso à Internet, especialmente nas zonas rurais e carenciadas.
- É oferecida educação sexual abrangente nas escolas, que ajuda a abordar os riscos de gravidez na adolescência, casamento precoce e infeções sexualmente transmissíveis (IST). Estes programas ensinam as raparigas sobre os seus direitos sexuais, saúde reprodutiva e a importância de adiar o casamento e a gravidez até estarem preparadas. Os programas de competências para a vida estão integrados no

currículo escolar e nas iniciativas de extensão comunitária. Estes programas centram-se no desenvolvimento pessoal, nas competências de comunicação, na tomada de decisões, na autoestima e na educação financeira, capacitando as raparigas para tomarem decisões informadas sobre o seu futuro.

- A independência económica é um dos principais factores para reduzir as pressões do casamento precoce. O Botswana implementou vários programas focados no empoderamento económico das raparigas e mulheres, o que por sua vez reduz as pressões financeiras que muitas vezes levam ao casamento precoce. Os subsídios governamentais que incluem iniciativas de entidades como a Agência de Desenvolvimento Empreendedor Cidadão (CEDA) e o Fundo de Desenvolvimento Juvenil (YDF) priorizam ou incluem mulheres empreendedoras. Estes fundos fornecem apoio financeiro e orientação a jovens, incluindo mulheres, para os ajudar a iniciar os seus próprios negócios ou a envolver-se em actividades geradoras de rendimentos.
- As raparigas e as mulheres são encorajadas a participar na força de trabalho e a assumir papéis de liderança nas suas comunidades, o que ajuda a elevar o seu estatuto social e económico. O Botswana investiu em programas de desenvolvimento de competências para raparigas e mulheres, incluindo formação técnica e vocacional. Isto inclui o apoio às raparigas na procura de carreiras em áreas não tradicionais, como a agricultura, a tecnologia e a engenharia, o que promove a igualdade de género na força de trabalho.

7. RESOLUÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL E PROGRAMAS ESPECIAIS

- O Governo do Botswana continua empenhado em alcançar a Cobertura Universal de Saúde (CUS), apesar dos desafios financeiros exacerbados pelo aumento da carga de doença, pelos desafios económicos nacionais e pelo declínio do financiamento dos doadores. Perante isto e o custo cada vez mais elevado da saúde, o Ministério da Saúde continua a explorar opções alternativas para sustentar a prestação de serviços de saúde de qualidade desejados pelos Batswana.
- Para este efeito, o Ministério colaborou com parceiros de desenvolvimento, sector privado e outras partes interessadas para desenvolver a Estratégia de Financiamento da Saúde. As principais áreas de foco desta estratégia são melhorar a eficiência, angariar recursos adicionais para a saúde, incluindo o estabelecimento de um Seguro Nacional de Saúde (NHI), forjar parcerias público-privadas no financiamento e prestação de serviços de saúde e garantir o acesso equitativo e universal a cuidados de saúde de alta qualidade para todos os residentes do Botswana. O Projecto de Estratégia de Financiamento da Saúde foi desenvolvido e está a passar pelas diferentes estruturas de aprovação.
- A assistência médica primária continua a ser o principal caminho para alcançarmos a cobertura universal de saúde desejada e, para isso, o Botswana está a passar por uma transição em que os serviços de assistência médica primária serão transferidos,

durante o ano fiscal de 2025/26, para o Ministério do Governo Local e Assuntos Tradicionais. O desenvolvimento da estratégia nacional de Cuidados de Saúde Primários (CSP) está em curso e deverá estar concluído durante o ano fiscal de 2025/26.

- As doenças não transmissíveis (DNT), especialmente as doenças cardiovasculares, o cancro, a diabetes e as doenças respiratórias crónicas, estão a aumentar a um ritmo sem precedentes no Botswana e afectam toda a gente. São responsáveis por 46% das mortes no Botswana, a mesma proporção de mortes causadas por condições transmissíveis, maternas, perinatais e nutricionais combinadas.
- A crescente incidência de cancro é particularmente problemática, pois muitos dos que sucumbem são relativamente jovens, deixando famílias e comunidades devastadas. O ministério está, assim, a desenvolver o Plano Nacional de Controlo do Cancro, alinhado com os parâmetros internacionais e com o contexto local. O plano orientará a resposta nacional ao cancro, desde a prevenção até à sobrevivência.
- O Parlamento do Botswana lançou recentemente o Caucus Parlamentar sobre a Tuberculose em Abril de 2025. Ao estabelecer o Caucus da Tuberculose do Botswana, é de salientar que o objectivo é aumentar o compromisso político com o combate à tuberculose, mobilizar recursos para o combate à tuberculose, reforçar as estruturas programáticas e aumentar a sensibilização pública e a redução do estigma através de testes públicos para a tuberculose e o VIH/SIDA. O papel dos membros do Parlamento será o de aumentar a sensibilização para a TB dentro dos seus círculos eleitorais, o envolvimento dos media, a defesa orçamental e a defesa do apoio a políticas favoráveis à TB em todos os setores.
- Para melhorar a saúde sexual e reprodutiva e os direitos das pessoas que vivem no Botswana, o governo está empenhado em acabar com as mortes maternas evitáveis para atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável de menos de 70 mortes por 100.000 nascimentos vivos até 2030. O governo aumentou o número de clínicas de saúde destinadas a jovens de vinte e oito (28) para quarenta e cinco (45) nos oito (8) distritos que implementam o programa Determinados, Resilientes, Empoderados, Livres de SIDA, Orientados, Seguros (DREAMS). A Iniciativa DREAMS é um programa abrangente e baseado em evidências, criado para reduzir as infeções por VIH entre adolescentes e jovens mulheres.
- O Botswana superou com sucesso as metas de 95-95-95 para o VIH, atingindo 95-98-98 em 2021, conforme relatado pelo Inquérito de Impacto da SIDA no Botswana (BAIS V). O foco atual do país é resolver as restantes lacunas do 5-2-2. Os primeiros "95" continuam a ser o maior desafio, pois os indivíduos não diagnosticados que vivem com VIH continuam a ser os mais difíceis de alcançar. Estes indivíduos apresentam frequentemente comportamentos desafiantes de procura de saúde, o que torna mais difícil identificá-los e envolvê-los nos cuidados.

- O Roteiro de Prevenção do VIH será afectado pela cessação do financiamento do USG porque a USAID/FHI têm sido participantes importantes nas actividades comunitárias de prevenção do VIH. Conseguiram facilitar aos agentes de saúde comunitários a realização de trabalho comunitário, como testes comunitários, acompanhamento de pessoas que abandonaram o tratamento ARV, bem como aconselhamento e acompanhamento de adesão. A maior parte da programação para a população-chave foi feita por ONG apoiadas pela USAID, como a Tebelopele, por exemplo, com o seu tratamento ARV, PrEP e PEP.
- O Botswana prometeu 1 milhão de dólares como contribuição do país para a iniciativa da Ronda de Investimentos da OMS, procurando mobilizar recursos para o trabalho principal da OMS durante os próximos 4 anos (2025-2028) na WHA 77 em maio de 2024.

8. RESOLUÇÃO SOBRE A MOÇÃO SOBRE O AUMENTO DOS ESFORÇOS PARA INTEGRAR A EDUCAÇÃO SEXUAL ABRANGENTE (ESA) NOS CURRÍCULOS ESCOLAR NACIONAIS NOS ESTADOS-MEMBROS DA SADC

- No Botswana, a educação sexual abrangente ganhou atenção como parte dos esforços mais amplos para combater a epidemia do VIH/SIDA, a gravidez na adolescência e outros desafios de saúde sexual e reprodutiva. O país tem uma das taxas de prevalência de VIH mais elevadas do mundo, o que levou o governo a adoptar uma abordagem proactiva à educação sexual nas escolas.
- O Botswana fez progressos na integração da Educação Sexual Abrangente (ESA) através de iniciativas como o Compromisso da África Oriental e Austral (AEA) de 2021, com foco nos ambientes dentro e fora da escola e no reforço das parcerias com organizações regionais como a União Africana. Estes esforços visam capacitar os jovens com conhecimentos e competências para tomarem decisões informadas sobre a sua saúde sexual e reprodutiva. O Botswana estabeleceu também parcerias com a União Africana, a Comunidade da África Oriental e a SADC para influenciar as políticas e a legislação a nível continental, regional e nacional.
- Os membros do Parlamento (MPs) contribuíram para as discussões sobre estratégias e políticas nacionais relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva. A sua defesa ajudou a enfatizar a necessidade de uma abordagem estruturada e abrangente da educação sexual, com foco na prevenção do VIH e em questões mais amplas de saúde reprodutiva. Alguns parlamentares têm defendido fortemente programas de Educação, Cultura e Segurança Alimentar que abordem a igualdade de género, capacitando os jovens, especialmente as raparigas, para tomarem decisões informadas sobre a sua saúde e bem-estar. Estes esforços estão alinhados com os objectivos mais amplos do Botswana de reduzir a violência de género e promover os direitos das mulheres.
- Embora haja uma defesa significativa dos parlamentares pela educação sexual abrangente, houve resistência por parte de alguns setores, particularmente de grupos conservadores, organizações religiosas e até de alguns membros do parlamento.

Defendem que certos temas, como a orientação sexual, a contracepção e a prevenção do VIH/SIDA, são delicados e devem ser tratados com cautela nas escolas. Alguns deputados defendem mais consultas com as comunidades, pais e líderes religiosos para garantir que a ESC é realizada de forma culturalmente sensível. Este processo, no entanto, pode atrasar a implementação de programas educativos abrangentes.

9. RESOLUÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO REGIONAL DE SUPERVISÃO DAS LEIS-MODELO PARLAMENTARES REGIONAIS

- Sobre o apelo para que os parlamentos considerem seriamente a criação de Gabinetes Orçamentais Parlamentares para ajudar os parlamentos a alcançar a excelência na supervisão orçamental e para que os parlamentos nomeiem Pessoas Focais para residirem nos Parlamentos-Membros, para estabelecer ligações com os mecanismos de informação dos países no âmbito da SADC, da UA e da ONU, a fim de garantir que o trabalho realizado nos Estados-Membros seja devidamente registado e reconhecido a nível do Parlamento da SADC; O Parlamento do Botswana está em processo de estabelecimento de uma nova estrutura operacional. Este desenvolvimento terá em conta estes ideais e, sempre que possível, irá incorporá-los para uma melhor eficiência da legislação.